

MONTES CLAROS E SUA REGIÃO: NOVAS ESPACIALIDADES, VELHOS PROBLEMAS

Anete Marília PEREIRA¹
Beatriz Ribeiro SOARES²

Considerações Iniciais

No estado de Minas Gerais existem regiões com perfis socioeconômicos muito díspares. O Norte de Minas é um espaço que se individualiza no contexto estadual pela pobreza, pela seca, pela marginalização, pelo isolamento regional, pela dependência dos municípios frente às transferências da União e do estado, fenômenos que, historicamente, aproximam mais essa região do Nordeste brasileiro do que do Sudeste.

Este texto se insere no contexto da renovação temática e analítica dos estudos sobre a cidade e a região. Não se pretende aprofundar as reflexões teóricas, mas identificar e caracterizar a região norte mineira a partir de indicadores socioeconômicos. A pesquisa tem como referência a análise da dinâmica demográfica e o padrão de urbanização dos municípios, a questão multidimensional dos indicadores de desenvolvimento e demais aspectos que são variáveis explicativas para a situação de atraso deste subespaço.

Nessa perspectiva, o objetivo básico desse texto é examinar algumas questões ligadas às transformações recentes que estão ocorrendo na região, tendo Montes Claros como centro da análise. A associação de dados alfanuméricos, armazenados em bancos de dados convencionais, com estruturas georreferenciadas possibilitou a produção de um conjunto de mapas que identificam aspectos da situação econômica e social dos municípios que compõem a região. Como fonte de informações foram utilizados dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação João Pinheiro.

A região Norte de Minas Gerais

A idéia que a diferenciação de áreas persiste no mundo globalizado está presente em trabalhos de vários autores como Haesbaert (1999), Corrêa (2001), Gomes (1995), Santos (1996), dentre outros. Os estudos que se reportam a essa temática demonstram que há na atualidade um contínuo processo de formação e transformação das regiões, que são construções sociais, resultantes da atuação de múltiplos agentes. Não é pretensão desse ensaio propor uma discussão teórico-metodológica sobre essa categoria de análise geográfica tão utilizada pelos geógrafos. Cabe ressaltar, todavia, que o tema é antigo e

¹ Doutorando em Geografia – UFU anete.pereira@unimontes.br

² Prof^a. Dra. Do Instituto de Geografia – UFU soares@ufu.br

polêmico. Passou por correntes teóricas distintas que buscaram a sua compreensão dentro de momentos históricos específicos. Hoje uma das formas de analisar uma região é apreendê-la enquanto formação sócioespacial, em suas relações com a dinâmica do capitalismo.

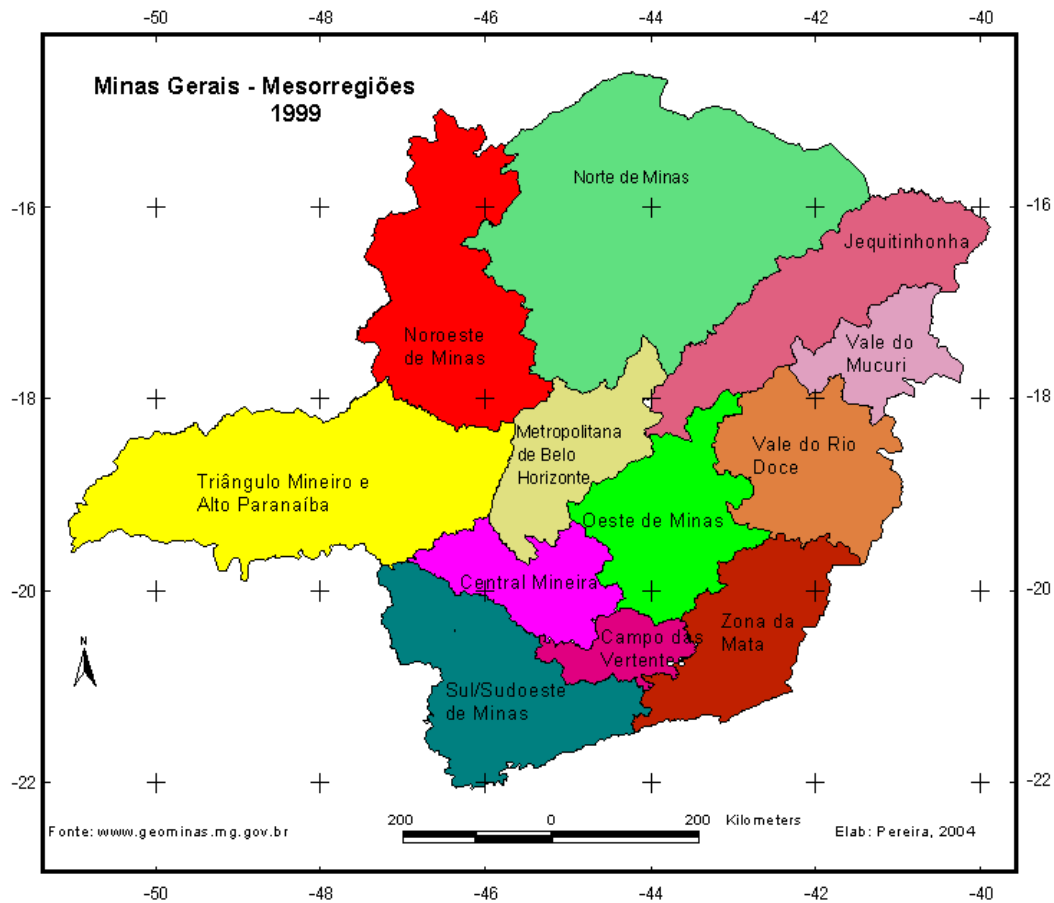
Como falar de Minas Gerais sem considerar as suas regiões se a marca da diversidade se faz presente nos 853 municípios que integram esse estado? De acordo com Queiroz (2001, 66)

o estado de Minas Gerais é, provavelmente, uma das regiões mais heterogêneas do país: coexistem no estado regiões dinâmicas, modernas e com indicadores socioeconômicos de alto nível com localidades atrasadas, estagnadas, que não oferecem a mínima condição de vida para a sua população.

São inúmeras as divisões regionais desse estado. As divisões em mesorregiões e microrregiões são adotadas pelo IBGE (2002:16), para o qual

as microrregiões são um conjunto de municípios, contíguos e contidos na mesma unidade da federação, agrupados com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração. As mesorregiões são um conjunto de microrregiões também agrupadas com base no quadro natural, no processo social e na rede de comunicação e de lugares.

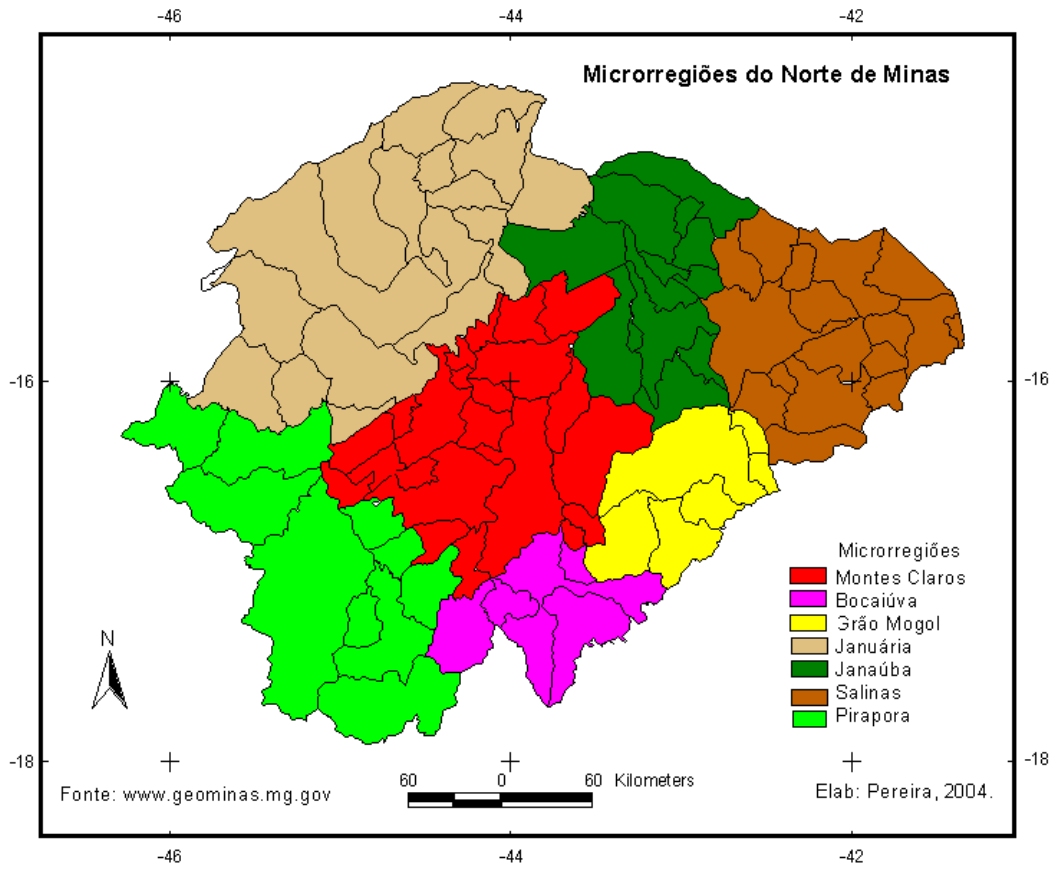
De acordo com essa classificação há em Minas Gerais 12 mesorregiões, conforme destacado no mapa 01.



Mapa 01 – Mesorregiões de Minas Gerais

O Norte de Minas é uma das regiões que se diferencia no contexto estadual de um lado pela sua dinâmica ambiental marcada, sobretudo, pela semi-aridez do clima e, por outro lado, pela sua estrutura socioeconômica, caracterizada pelas graves deficiências sociais e pela baixa incorporação tecnológica. A imagem criada deste conjunto regional como um “bolsão de pobreza” permeia a maior parte dos estudos que tratam do Norte de Minas.

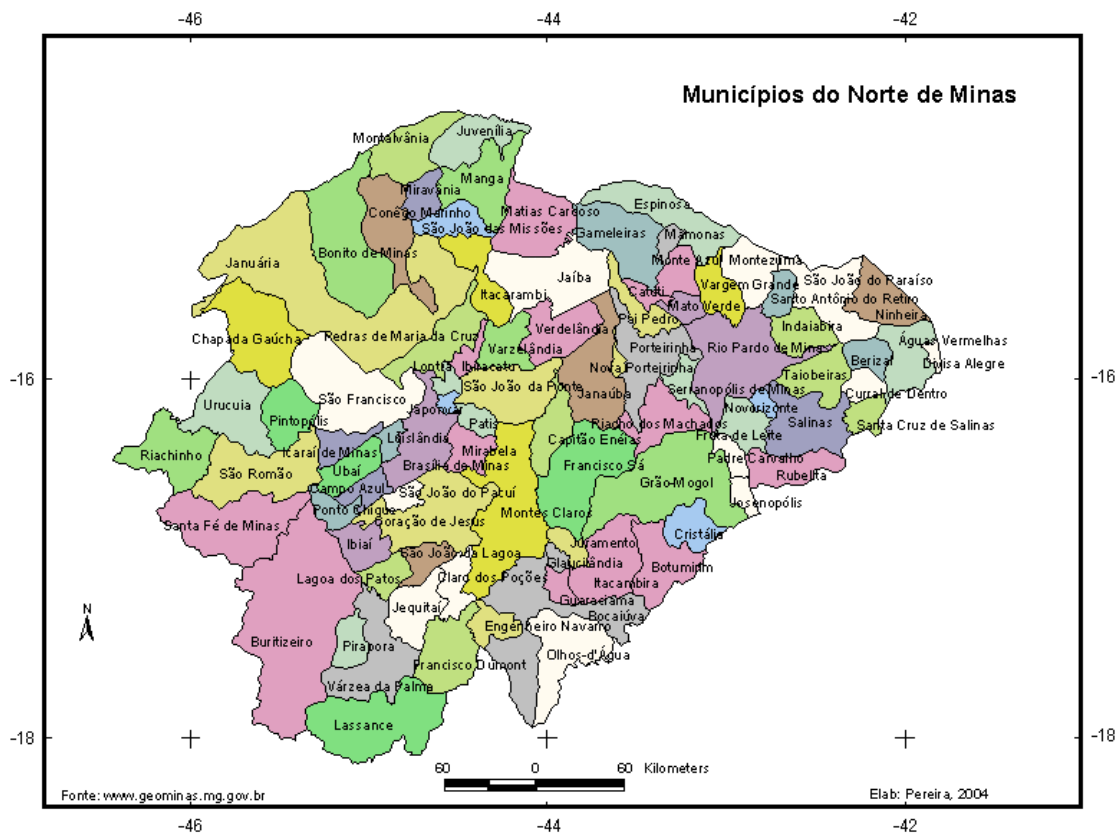
Essa região ocupa uma área territorial de 128.602 km², compreendendo sete microrregiões: Bocaiúva, Grão-Mogol, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora e Salinas. Dentre essas, Montes Claros se destaca como o mais importante centro urbano.



Mapa 02 – Microrregiões de Minas Gerais

Tabela 1 - MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO NORTE DE MINAS

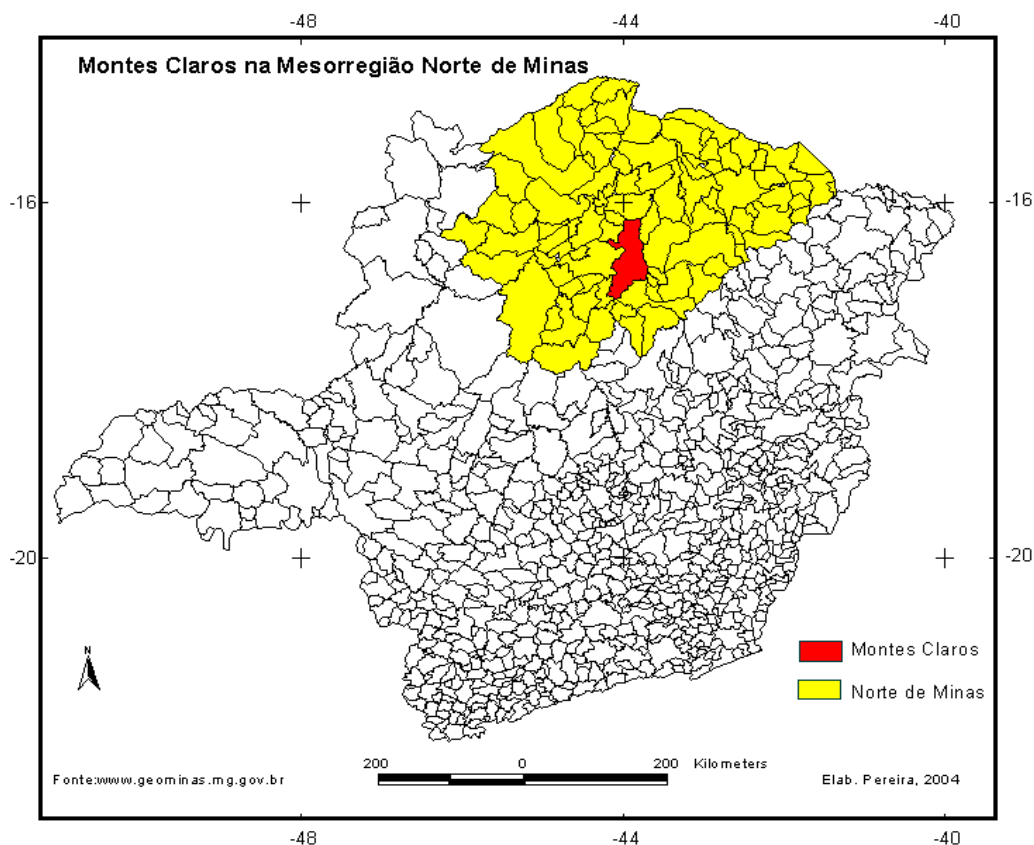
Microrregião	Municípios integrantes
Bocaiúva	Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Olhos D'Água, Guaraciama e Francisco Dumont.
Grão Mogol	Grão Mogol, Itacambira, Cristália, Josenópolis, Padre Carvalho e Botumirim.
Janaúba	Catuti, Espinosa, Gameleiras, Jaíba, Janaúba, Mato Verde, Mamonas, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados e Serranópolis de Minas.
Januária	Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Icarai de Minas, Itacarambi, Januária, Juvenília, Manga, Matias Cardoso, Miravânia, Montalvânia, Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, São Francisco, São João das Missões e Uruçuia.
Montes Claros	Brasília de Minas, Campo Azul, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Francisco Sá, Glaucilândia, Ibiracatu, Japonvar, Juramento, Lontra, Luislândia, Mirabela, Montes Claros, Patis, Ponto Chique, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João do Pacuí, Ubaí, Varzellândia e Verdelândia.
Pirapora	Buritizeiro, Ibiaí, Jequitaiá, Lagoa dos Patos, Lassance, Pirapora, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Romão e Várzea da Palma.
Salinas	Águas Vermelhas, Berizal, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Fruta de Leite, Indaiabira, Montezuma, Ninheira, Novorizonte, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, São João do Paraíso, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, Taiobeiras e Vargem Grande do Rio Pardo.



Mapa 03 – Municípios da região Norte de Minas

O processo histórico de constituição do Norte de Minas inicia-se no século XVI a partir do movimento de expansão da pecuária. Em função dessa origem, a região teve um povoamento esparso, sendo comum aos historiadores o uso do termo sertão quando fazem referência ao Norte de Minas. A base econômica dessa região sempre esteve calcada na agropecuária e no comércio. Segundo Oliveira (2000) já no final do século XIX, com a decadência das cidades ribeirinhas e o afastamento do eixo econômico do Rio para o Sertão, Montes Claros ganha importância e se impõe como o principal núcleo urbano do Norte de Minas, a “capital do sertão mineiro”.

Do ponto de vista econômico merece destaque na região as atividades ligadas ao setor primário como a silvicultura e pecuária de corte, o extrativismo vegetal, a fruticultura irrigada, notadamente nos municípios de Jaíba, Janaúba, e Pirapora. Em Montes Claros, Bocaiúva, Pirapora e Várzea da Palma são desenvolvidas atividades industriais ligadas aos ramos da metalurgia, produtos alimentares, têxtil e química. Nesse setor destacam-se as áreas comercial, educacional e de transportes. No setor de serviços verifica-se a relevância de Montes Claros como cidade pólo, contando com grande dinamismo de seu comércio, transportes, estabelecimentos hospitalares e de ensino superior (Leite, 2003).



Mapa 04 – Montes Claros na Região Norte de Minas Gerais

A cidade na região

Montes Claros, cidade nordestina em Minas Gerais, se apresenta no século XXI como uma cidade média. O termo cidade média, apesar de bastante utilizado, não possui uma definição teórica muito precisa. É comum encontrar estudos que utilizam as expressões “cidade intermediária”, “cidade regional”, “cidade de médio porte”, com o mesmo significado de cidade média. Trata-se, na verdade, de um conceito ainda em construção, que considera o papel regional que determinada cidade desempenha. A definição desse papel deve levar em conta além do tamanho da cidade, a sua situação funcional, ou seja, como se estabelece no território a divisão regional do trabalho e como a cidade comanda esse território. A esse respeito Spósito (2001:635) destaca que

podemos caracterizar as “cidades médias”, afirmando que a classificação delas, pelo enfoque funcional, sempre esteve associada à definição de seus papéis regionais e ao potencial de comunicação e articulação proporcionado por suas situações geográficas, tendo o consumo um papel mais importante que a produção na estruturação dos fluxos que definem o papel intermediário dessas cidades.

Nesse sentido, a definição de cidade média tem por base as funções urbanas da cidade, relacionadas, sobretudo, aos níveis de consumo e ao comando da produção regional nos seus aspectos técnicos.

Grande parte dos estudos envolvendo cidades médias, bem como os programas governamentais a elas direcionados tratam essas cidades como um conjunto homogêneo. A realidade é muito mais complexa, pois apesar de serem classificadas como médias essas cidades são diferentes no que se refere às suas funções. Daí a necessidade de se estudar a importância geográfica dessas cidades, analisando as possibilidades de circulação de pessoas, mercadorias, informações, valores e idéias, haja vista o fato de que a existência de relações entre as cidades está diretamente associada a tais elementos.

O caso de Montes Claros é bastante específico. Inserida numa região historicamente caracterizada pelo baixo desempenho econômico e com graves problemas sociais, a cidade desempenha a função de centralizar os serviços de saúde, educação, suporte administrativo e serviços financeiros. A localização da cidade entre entroncamento de importantes eixos rodoviários facilita a realização de contínuos fluxos entre os municípios vizinhos: comercial varejista, inter-relação político-administrativa, serviços de saúde e escolar de nível superior.

Pereira e Lemos (2004) ao analisarem as cidades médias mineiras propõem uma classificação baseada na capacidade de polarização intra-regional. Se essa capacidade é elevada, a cidade é um meso-pólo, se é limitada é uma região isolada e se não possui capacidade de polarização constitui um enclave. Esses autores afirmam que

idades médias definidas como macro-pólos são aquelas que dentro da hierarquia da polarização da rede urbana nacional são, de um lado, polarizadas por uma cidade de ordem superior, uma metrópole caracterizada como macro-pólo, e, por outro lado, polarizadoras de cidades de ordem inferior numa área geográfica delimitada, uma mesorregião, composta por um subconjunto de microrregiões e municípios (Pereira e Lemos:2004, 11).

Para os autores citados, o Norte de Minas tem Montes Claros como meso-pólo, classificado como “enclave agropecuário”,

tipologia que tem como principal característica um desenvolvimento urbano não consolidado (...) são centros urbanos incapazes de criar uma rede urbana regional com algum nível de complementaridade produtiva. Desta forma polarizam áreas de mercado regional de baixa intensidade de renda, sendo que os principais mecanismos de atração de empresas são incentivos fiscais e o baixo custo da força de trabalho local. (...) são localidades típicas de acumulação de bolsões de pobreza provenientes do êxodo rural, expresso na variável pobreza urbana. (Pereira e Lemos:2004, 15)

Também o estudo do IPEA/IBGE/UNICAMP (1999) identificou, no sistema urbano do Norte de Minas, apenas a cidade de Montes Claros classificada como um centro regional 2. Esse nível de cidade polariza apenas os municípios de seu entorno.

Diante do exposto, pode-se inferir que dinâmica urbana é diferente mesmo entre as cidades denominadas médias, em virtude da ação dos múltiplos agentes da estruturação socioespacial, das condições econômicas vigentes e do contexto regional no qual se encontram inseridas. Nesse sentido, a localização da cidade de Montes Claros numa área onde a exclusão social é cada vez maior lhe confere certa especificidade e, por isso, as transformações espaciais decorrentes do padrão de crescimento refletem a realidade de sua região.

Um balanço das transformações recentes no Norte de Minas

As transformações que a região norte mineira vem experimentando a partir dos anos de 1970 denotam um padrão de desenvolvimento que se caracteriza pela urbanização, maior desigualdade social, evidenciado pelos altos índices de pobreza e exclusão social.

O desenvolvimento econômico da região, inclusive de Montes Claros, foi fortemente influenciado pelos incentivos estatais. As políticas regionais implementadas pelo Estado brasileiro no período do pós-guerra faziam parte de um projeto nacional de

desenvolvimento. A prática de incentivos aos investimentos no Nordeste através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – é um dos exemplos dessa tendência.

A inclusão do Norte de Minas na área de atuação da SUDENE, a partir de 1965, contribuiu para alterar a espacialidade regional. É importante ressaltar que com essa política a região passou a apresentar uma economia mais heterogênea em suas estruturas produtivas. Houve mudanças positivas com a implantação de indústrias atraídas pelas facilidades creditícias e fiscais possibilitadas pela SUDENE, o desenvolvimento da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco, a modernização da pecuária e o desenvolvimento de serviços modernos.

A crise da década de 1980 que se estendeu pelos anos 1990, a opção pelo projeto liberal e a conseqüente desestruturação do Estado em termos de política regional afetaram a dinâmica de desenvolvimento do Norte de Minas. Uma das alterações foi a extinção da SUDENE através da Medida Provisória Nº 2145 de 02 de maio de 2001 e a criação da Associação Desenvolvimento do Nordeste - ADENE - no seu lugar. Com a crise do Estado, órgãos e instituições como o Banco do Nordeste, o Departamento nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS - e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Vale do Parnaíba – CODEVASF - têm tido atuações limitadas, o que mostra a redução da capacidade de investimento do setor público na região. Houve também uma retração dos investimentos industriais em decorrência das mudanças na política econômica nacional, com reflexos diretos na composição do produto interno bruto (PIB) regional.

A estrutura produtiva setorial do PIB norte mineiro também passou por alterações. Em 1999 a agropecuária era responsável pela geração de 12,5 do PIB, a indústria 46,4% e os serviços 44,1%. Houve uma redução relativa da agropecuária e da indústria que, em 2000, representavam 12,1% e 43,5%, respectivamente, e um aumento do setor de serviços, cuja participação passou para 44,4%. Os dados do PIB por município confirmam a superioridade de Montes Claros que, no período de 1992 – 2000, cresceu 5,52% , índice que o coloca em 8º lugar no ranking estadual (Fundação João Pinheiro, 2003).

De acordo com a Scavazza (2003), o Norte de Minas, apresenta um PIB por habitante de R\$2.773,15. Os municípios de maior PIB por habitante são Bocaiúva (R\$12.010,58), Pirapora (R\$7.377,18), Várzea da Palma (R\$6.517,35), Montes Claros (R\$4.787,91), Capitão Enéas (R\$3.775,48), Jaíba (R\$3.529,00), Salinas (R\$2.658,22), Nova Porteirinha (R\$2.539,67), Itacarambi (R\$2.465,51), Olhos-D'Água (R\$2.301,72). No outro extremo estão Juvenília (R\$643,14), Indaiabira (R\$640,86), Bonito de Minas (R\$630,11), Pai Pedro (R\$619,66), São João das Missões (R\$411,45) como os municípios de menores PIBs por habitante.

Outra mudança recente no cenário regional refere-se ao processo de fragmentação territorial, com a formação de novos municípios. O estado de Minas Gerais era constituído, em 1980, por 722 municípios e em 1995 esse número subiu para 853, denotando a intensa fragmentação territorial ocorrida na década de 1990. No caso do norte de Minas, em 1993 surgiram 09 novos municípios (Lei 10.704 de 28-04-1992) e em 1997 foram emancipados 36 municípios (Lei 12.030 de 21-12-1995). Tentar compreender o que sustenta a vida nesses novos municípios é sempre um desafio. Há evidências de que o repasse de verbas do governo é uma das principais fontes de recursos, bem como os benefícios do INSS e salários públicos que possuem um significativo peso.

Não se pode falar das novas espacialidades da região sem mencionar as mudanças na dinâmica demográfica e no processo de urbanização. Essas mudanças são verificadas a partir da análise da evolução do crescimento populacional, da densidade demográfica e do grau de urbanização.

De acordo com o censo 2000 (IBGE), vivem no Norte de Minas aproximadamente 1.492.715 habitantes. Essa população não se distribui de forma regular pelo território. A densidade demográfica é 11,6 hab/ km², média bem inferior à brasileira que é de 19,92 hab/km². Montes Claros (85 hab/ km²) e Pirapora (87 hab/ km²) representam os municípios com maior população relativa. A maior concentração populacional ocorre no município de Montes Claros, que possui 306.947 habitantes, o equivalente a aproximadamente 21% do total regional. É, portanto, o único município com população superior a 100 mil habitantes. Dos oitenta e nove municípios que compõem a região, setenta possuem população absoluta inferior a 20.000 habitantes, quinze possuem ente 20.000 e 50.000 e os municípios de São Francisco, Janaúba e Januária possuem entre 50.000 e 65.000 habitantes.

A taxa de crescimento populacional no período intercensitário (1991 – 2000) foi de 9,84%, conforme demonstrado na tabela 2.

Tabela 2 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E O GRAU DE URBANIZAÇÃO

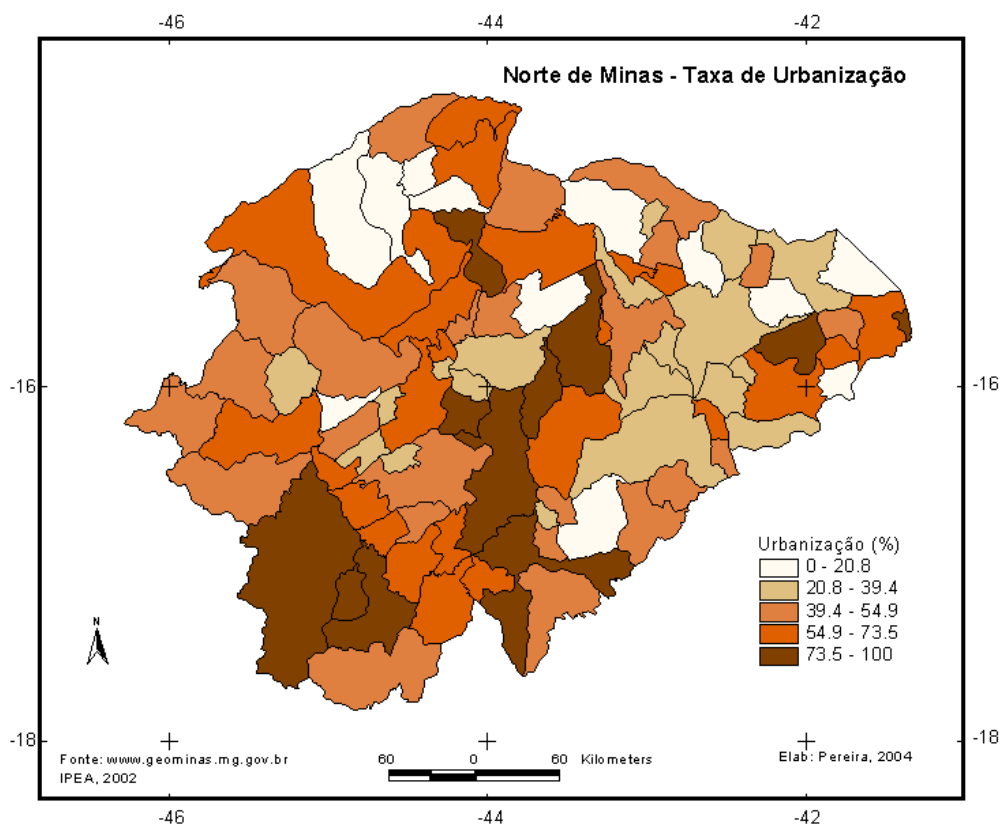
ANO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	GRAU DE URBANIZAÇÃO
1991	1359049	743996	615053	54,7%
2000	1492715	963205	563205	64,53%

Fonte: Fundação João Pinheiro

Tem-se observado um significativo aumento da população urbana em todos os municípios, num padrão semelhante ao nordestino. Segundo Baeninger (2003:175) em 1960 enquanto o grau de urbanização do Sudeste era de 50%, o Nordeste apresentava um índice de 34%. Em 2000 essa proporção se mantém praticamente a mesma com o Sudeste

apresentando um índice de 90% e o Nordeste 70%. Isso mostra que no Brasil o processo de urbanização é caracterizado por um intenso crescimento da população urbana de forma concentrada nas metrópoles e centros regionais e sub-regionais. Em consequência, ocorre a configuração de espaços diferenciados e excludentes no território nacional.

O Norte de Minas tinha, na década de 1970 cerca de 27,6% de sua população vivendo nas cidades. Em 2000 esse percentual atingiu 64,53% índice bem abaixo da média brasileira que é de 81,23% (IBGE, 2000). Entretanto, a intensidade e a forma como se processou a urbanização foi diferenciada entre os municípios norte mineiros. Conforme o mapa 05 a taxa de urbanização foi mais elevada nos municípios que possuem um parque industrial, ainda que incipiente e nos municípios sede de microrregiões.



Mapa 05 – Taxa de urbanização do Norte de Minas

É também nesses municípios que o setor secundário tem maior expressividade na ocupação da mão-de-obra, mas ainda assim numa proporção inferior ao setor de serviços. Segundo dados da Assembléia Legislativa (www.almg.gov.br) 92,13% dos municípios do Norte de Minas tem a maior parte da sua população ocupada em atividades do setor primário, com destaque para a agropecuária. Essa significativa parcela da população regional permanece rural e subsiste da agricultura tradicional.

Problemas persistentes e a emergência de novos

O Norte de Minas, apesar da intervenção estatal, continua a enfrentar vários problemas como as secas, a desorganização da produção, além dos novos problemas decorrentes da urbanização concentrada e polarizada. É verdade que nos últimos anos ocorreu uma diversificação na estrutura produtiva regional, mas alguns problemas que faziam parte da pauta de reivindicações dos norte-mineiros na década de 1950 ainda persistem.

Pode-se mesmo afirmar que intervenção do Estado, através de suas políticas de desenvolvimentistas, não foi suficiente para resolver as disparidades regionais, ao contrário acentuou as desigualdades intra-regionais. No campo, as denominadas manchas de modernidade coexistem com as formas da agricultura tradicional. Nas culturas de subsistência, praticadas pela pequena produção familiar, poucas foram as mudanças. Também a indústria regional é marcada pela desigualdade na sua distribuição espacial. Alguns pontos conseguiram atrair investimentos como foi o caso de Montes Claros, Pirapora, Bocaiúva, Várzea da Palma e Capitão Enéas, mas o restante dos municípios continuaram na marginalidade do processo de industrialização. A concentração populacional e industrial na cidade de Montes Claros gerou um espaço urbano fragmentado, com vários problemas socioambientais.

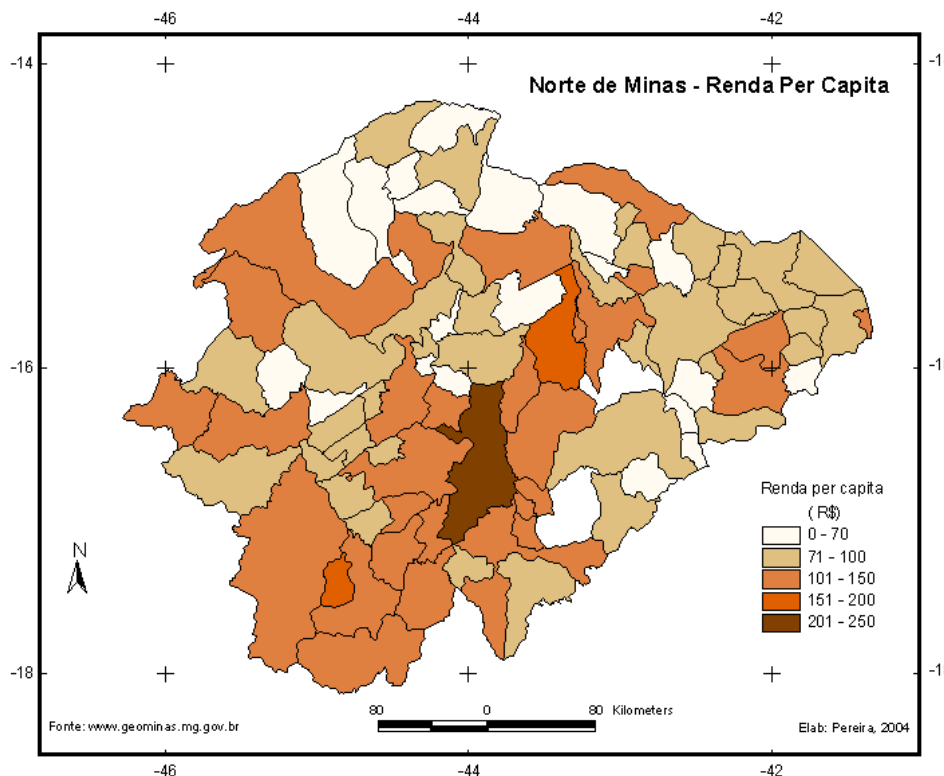
A análise de alguns indicadores como a renda per capita, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o índice de exclusão mostram que a pobreza ainda é um traço marcante do Norte de Minas. Esse é um problema comum a todos os municípios da região, com pequena variação de índices. A pobreza pode ser vista, teoricamente, sob vários enfoques, sendo um conceito de difícil definição, dada as suas múltiplas dimensões. Alguns estudos consideram a pobreza numa abordagem mais restrita, onde predominam os aspectos econômicos, enquanto outros destacam não somente a sua dimensão econômica, mas também seus aspectos políticos.

No entender de Koga (2003:64)

as perspectivas de pobreza mantêm-se fiéis ao cálculo do nível de renda como indicador preponderante, desde os anos 1960. Embora em 1970 o conceito tenha se ampliado para atingir uma série maior de necessidades básicas, em 1980 tenha agregado a questão do gênero, é nos anos 1990, sob influência de Amartya Sen, que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) destaca a idéia do desenvolvimento humano, agregando outros valores para além da renda, como oportunidades, liberdade, auto-estima, dignidade e respeito aos outros.

O Norte de Minas, ao lado do Vale do Mucuri e Jequitinhonha, apresenta os menores salários no estado. A cidade de Catuti, na mesorregião Norte de Minas, é a que possui o salário mais baixo do estado e de todas as mesorregiões, com R\$166,15 (Rezende e Cunha, 2002).

Também a renda per capita dessa região é, no seu conjunto, uma das mais baixas de Minas Gerais. Montes Claros detêm a média mais elevada, em torno de R\$ 245,43, enquanto Bonito de Minas apresenta o nível mais baixo, R\$43. A maioria dos municípios possui uma renda per capita variando entre R\$70 e R\$140, conforme mapa 06.

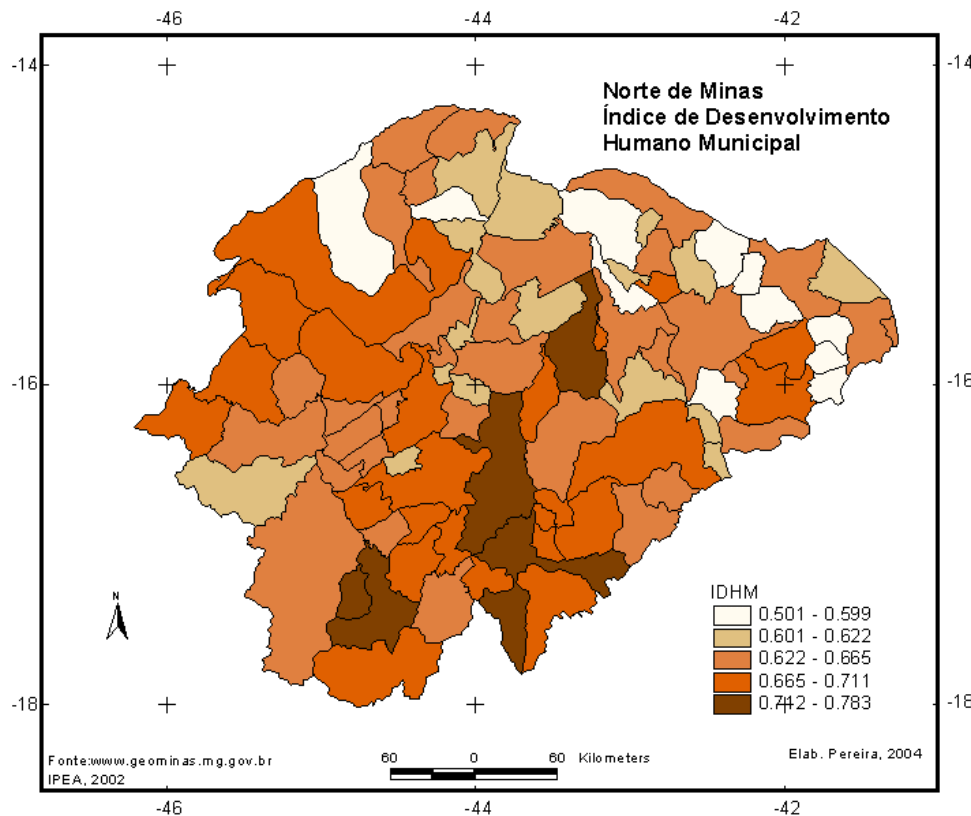


Mapa 06 – Renda per capita dos municípios do Norte de Minas

De acordo com a Fundação João Pinheiro (2001) dentre as cidades mineiras com mais de 100.000 habitantes, Montes Claros é o que apresenta um contingente de pobreza mais elevado, em torno de 33,17% dos seus habitantes. A intensa e rápida urbanização acabou gerando um espaço urbano caracterizado pobreza. Em conseqüência, verifica-se nessa cidade, a expansão de atividades urbanas instáveis e precárias, como a informalidade do setor de serviços e a favelização alterando a paisagem urbana. Essa cidade expressa, na atualidade, as profundas desigualdades existentes na região.

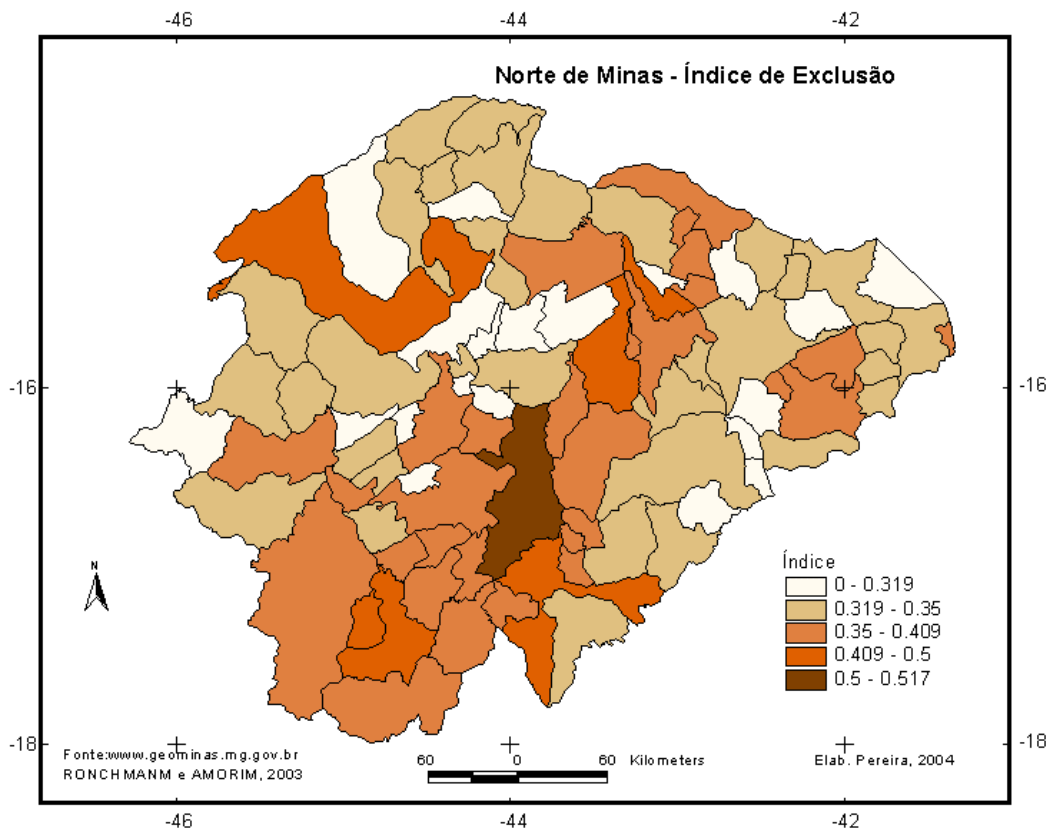
tanto do ponto de vista da organização regional, como do ponto de vista da organização interna, a cidade é, enfim, uma autêntica e total representação da região que a preside e do mundo com o qual comercia. (Santos, 1965:14)

Utilizando os dados do IDH dos municípios mineiros, do ano de 2000, foi construído o IDHM regional que fica em torno de 0,690, índice caracterizado como médio baixo. Esse indicador demonstra, ainda que parcialmente, a precariedade das condições sociais da população regional. A região possui alguns destaques negativos: os Municípios de Indaiabira e Pai Pedro ocupam a 3ª e 4ª piores posições no *ranking* do IDH-M do Estado (0,571 e 0,575, respectivamente).



Mapa 07 –IDHM do Norte de Minas Gerais

Uma outra variável representativa do nível de pobreza de cada um dos municípios mineiros é o índice de exclusão. O índice de exclusão social varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 0, piores são as condições de vida da população, ou seja, maior é a exclusão existente no município. De acordo com Ronchmanm e Amorim (2003) para o cálculo desse indicador foram considerados aspectos como padrão de vida digno (avaliado segundo os indicadores de pobreza, emprego formal e desigualdade), conhecimento (avaliado segundo os indicadores de anos de estudo e alfabetização) e risco juvenil (avaliado segundo os indicadores de concentração de jovens e violência). O mapa 08 mostra que a exclusão social é significativa em todos os municípios, notadamente naqueles que possuem uma economia baseada em atividades agropecuárias tradicionais.



Mapa 08 – Índice de exclusão social do Norte de Minas

Considerações finais

O Norte de Minas vem passando, nos últimos anos, por importantes transformações na sua estrutura produtiva sem, no entanto, conseguir superar a condição de atraso e pobreza que sempre caracterizou esse espaço. Mantém, ainda hoje, traços culturais e econômicos típicos de áreas subdesenvolvidas. Seca, pobreza, miséria e marginalização são algumas das representações que, historicamente, tornaram-se símbolos da região.

Em outras palavras, os programas do Estado promoveram o desenvolvimento de alguns espaços específicos, mas seus resultados contribuíram para intensificar a concentração de renda. No âmbito regional coexistem aspectos característicos da tentativa de modernização e atividades tradicionais. Ainda que alguns pontos se caracterizem como nichos de modernização, persistem os núcleos urbanos tradicionais, quase desprovidos de avanços técnicos.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, Oswaldo B. Cidades médias e organização do espaço no Brasil. **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte: n.5, p.5-34, jun. 1984.

ANDRADE, T.A. e LODDER, C. A. **Sistema urbano e cidades médias no Brasil**. IPEA. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

- ANDRADE, Thompson Almeida e SERRA, Rodrigo Valente. (Org.) **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. e SANTOS, P. D. dos. Pobreza nas cidades médias brasileiras. ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Orgs.) **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- BAENINGER, R. Redistribuição espacial da população e urbanização: mudanças e tendências recentes. GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A.C. **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: UNESP:ANPUR, 2003.
- CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Anuário Estatístico de Minas Gerais, 2000 - 2001**. v.9. Belo Horizonte, 2002.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Minas Gerais e Suas Regiões de Planejamento: Crescimento Populacional e Distribuição Espacial. **Informativo CEI - Demografia**. Belo Horizonte, dezembro de 2002. Disponibilidade e acesso: <<http://www.fjp.gov.br>>.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Produto Interno Bruto de Minas Gerais Municípios e Regiões - 2000. **Informativo CEI**. Belo Horizonte, Abril de 2003. Disponibilidade e acesso: <<http://www.fjp.gov.br>>.
- GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C. e CORRÊA, R. L. (orgs). **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade e globalização. **Geographia**. UFF/EGG - Niterói (RJ). Ano 1, n.1., p. 15-40, jun. 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 1991. Disponibilidade e acesso: <<http://www.ibge.gov.br>>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2000. Disponibilidade e acesso: <<http://www.ibge.gov.br>>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por amostra de domicílios 2001. (compact disc) Rio de Janeiro, 2002.
- IPEA. **Atlas de desenvolvimento Humano**. 2002.
- IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbana regionais: Sudeste**. IPEA/IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, SEADE.Brasília, 2001. v. 5. 186 p.
- KOGA, Dirce. **Medidas de cidades – entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- LEITE, Romana de F. C. **Norte de Minas e Montes Claros: o significado do ensino superior na (re) configuração da rede urbana regional**. Uberlândia. 191 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, 2003.
- OLIVEIRA, Marcos Fábio M. de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da área mineira da SUDENE. In OLIVEIRA, Marcos Fábio M. de, RODRIGUES, Luciene (orgs.) **Formação social e econômica do norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000. P. 13 – 103.
- PEREIRA, F. M. e LEMOS, M.B. Cidades Médias: uma visão nacional e regional. XI Seminário sobre economia mineira. Diamantina 24 a 27 de agosto de 2004. **Anais...** Disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br>.
- QUEIROZ, B.L. **Diferenciais de salários nas microrregiões mineiras**. Belo Horizonte. 2001. 191 p. Dissertação. Faculdade de Ciências Econômicas – Universidade Federal de Minas Gerais.
- REZENDE, L. P. F. e CUNHA, M. S. As causas das desigualdades no rendimento médio mensal dos chefes de domicílios do estado de Minas Gerais. X Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina, 18 a 22 de junho de 2002. **Anais...** Disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br>.
- RONCHMANM, M. e AMORIM, R. (org.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.
- SALAMA, Pierre e DESTREMAU, Blandine. **O tamanho da pobreza**. Trad. Heloísa Brambatti. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCAVAZZA, J. **Diferenças socioeconômicas das regiões de Minas Gerais**. Setembro de 2003. Disponível em <http://www.almg.gov.br>

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org) **Urbanização e cidades: Perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: (s.n), 2001.